Versão de Jornalistas
DIGITAL
PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS | RS
PORTO ALEGRE | MARÇO DE 2026



JORGE LEÃO

AS E OS JORNALISTAS LUTAM PELA VIDA

O Brasil registrou 1.177 feminicídios em 2025, segundo o Ministério das Mulheres — quatro mulheres assassinadas por dia. No Rio Grande do Sul, 80 mulheres foram mortas no mesmo ano, quase todas dentro de casa e por parceiros ou ex-parceiros. O Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos classifica o feminicídio como a forma mais extrema de violência contra mulheres e meninas. Esta edição reafirma o compromisso das e dos jornalistas com a vida das mulheres e com a urgência de romper narrativas que encobrem e normalizam a violência.

EDITORIAL

O Jornalismo Precisa Rever Como

Fala de Mulheres

Comunicar de forma simples, direta e humana não é técnica: é compromisso ético com a democracia e com a vida das mulheres — especialmente num mundo que insiste em desumanizá-las.

NIARA OLIVEIRA

A forma como nos comunicamos importa. Isso vale para todo mundo, mas, para jornalistas, essa afirmação — que também é título de livro — vai muito além da escolha das palavras, estilo de narrativa ou a perfeita adequação do texto com o público a ser informado.

Comunicar de forma simples, direta e objetiva é uma arte que não advém de um dom, mas de muita prática e exercício, além de um regramento que não foi criado por achismo. Esse regramento é testado e comprovado todos os dias. Jornalismo de qualidade funciona.

Pode ser caro e requerer investimento e recursos, como propagandeou certa vez um grande jornal na busca por fidelização de leitores, mas não deve se basear no lucro. É a cidadania bem informada e se vendo representada nas notícias e histórias publicadas o grande prêmio, e também o grande barato da nossa profissão.

O problema, se é que podemos citar apenas um, é que neutralidade é uma falácia.



Todos nós carregamos nossa ideologia em nossa retina, em nossa forma de ver um fato, e ao narrá-lo será ela quem ditará a escolha das palavras, do estilo e até mesmo o ritmo de nossos dedos no teclado escrevendo.

Se carregamos em nossos olhos, mentes e corações nossa ideologia e forma de enxergar o mundo todo ou apenas um pequeno recorte da realidade, carregamos também as opressões e preconceitos estruturais que nos atravessam. Vivemos num mundo classista, racista, misógino que tende a ver o diferente de si mais como ameaça do que possibilidade de troca, crescimento e aprendizado.

Comunicar de forma simples, direta e objetiva não é apenas uma técnica aprendida nos bancos universitários. É um dever ético e moral da nossa profissão observar a defesa dos direitos humanos e a defesa da democracia. Ver e reproduzir tanto nossos conceitos quanto nossos preconceitos é humano, sim, porque errar também é, mas não pode desumanizar nossos semelhantes.

Até aqui, a narrativa dos fatos que envolvem mulheres como "personagens" está normatizada num viés misógino, racista e heterocisnormativo. Pior do que isso, são o oposto do que aprendemos de como deve ser narrado um fato quando nos formamos jornalistas: de forma simples, direta e objetiva. E o fato é que o jornalismo distorce, entorta e vira do avesso a regra de comunicar simples, direta e objetivamente quando fala de mulheres. A imprensa e cada um/uma de seus/suas profissionais, até aqui, comunica desumanizando as mulheres.

Não seriam as mulheres humanas? A forma como as mais diversas violências que atravessam a existência das mulheres são comunicadas têm refletido a defesa dos direitos humanos das mulheres? Essa é uma preocupação presente quando estamos reportando a violência de gênero? Se para qualquer um dos dois últimos questionamentos a resposta for não, é preciso parar tudo e rever a rota. Porque significa dizer também que não estamos cumprindo nosso código de ética profissional.

Ao olharmos para o mês de março, seu significado no calendário de lutas e para as pautas reivindicadas pelas mulheres, fica mais do que explícito que o maior desejo, a maior bandeira, é que finalmente sejam tratadas e reconhecidas como gente.

É simples, é direto e é objetivo.

Boa leitura do Versão do mês de março!

JORGE LEÃO



SindJoRS no 08 de março em Porto Alegre



JARBAS OLIVEIRA / NAÇÕES UNIDAS BRASIL

Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica cearense que sobreviveu a duas tentativas de feminicídio em 1983

Versão de Jornalistas DIGITAL

LEI MARIA DA PENHA

MUITO ALÉM DO NOME, UM DESPERTAR E UM ESCUDO

Em menos de dois meses de 2026, o Rio Grande do Sul contabilizou 18 feminicídios — 11 em janeiro e mais sete até 23 de fevereiro. Uma mulher assassinada a cada três dias. Neste exato momento, enquanto você lê o Versão, esse número pode ter aumentado. Companheiros e ex-companheiros continuam sendo os principais autores dos crimes, que ocorrem predominantemente dentro de casa, deixando órfãos e famílias destroçadas.

CARLA SEABRA

Que mulher nunca ouviu falar da Lei Maria da Penha? Mas, quantas mulheres realmente sabem que direitos ela garante? Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 não é apenas um marco simbólico — é um conjunto robusto de ferramentas de proteção, que transforma a violência doméstica de "assunto de família" em crime e violação de direitos humanos. Nessa legislação, que agora completa 20 anos, estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V).

Quem inspirou a lei foi Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica cearense – hoje com 80 anos - que sobreviveu a duas tentativas de feminicídio em 1983, por parte do marido, Marco Antônio Heredia Viveros, com quem teve três crianças. Primeiro, ele deu um tiro nas costas da farmacêutica, enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica, em consequência de lesões irreversíveis nas terceira e quarta vértebras torácicas, laceração na dura-máter e destruição de um terço da medula à esquerda, entre outros ferimentos sérios. À polícia, Marco Antônio declarou que a tragédia foi fruto de uma tentativa de assalto, versão que foi, mais tarde, desmentida pela perícia. E não parou por aí. Depois de quatro meses de cirurgias e sofrimento, Maria da Penha voltou para casa e, durante 15 dias, o marido a manteve em cárcere privado, tentando eletrocutá-la durante o banho. Mas o tribunal (como, até hoje, formado majoritariamente por homens) arrastou o caso por 19 anos. Ela nunca desistiu de

Lute como uma jornalista.
JORNALISTAS SINDJORS

buscar justiça. A condenação do marido só veio após denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que responsabilizou o Brasil por omissão. O nome "Lei Maria da Penha" foi oficialmente incluído no texto legal, somente em setembro de 2025.

A lei existe e assegura que mulheres em situação de violência têm direito a: medidas protetivas de urgência (afastamento do agressor, proibição de contato, suspensão de porte de armas); atendimento especializado em delegacias, juizados e centros de referência; assistência jurídica, psicológica e social gratuita; prioridade na tramitação de processos; e proteção para filhos e familiares. Os direitos estão garantidos, mas, como mostram os números (Conselho Nacional de Justiça), foram 1.492 feminicídios em 2024, 28% com medida protetiva ativa, o que aponta um abismo entre o papel e a realidade vivida por milhares de mulheres brasileiras. A cada dois minutos, cinco mulheres são violentamente agredidas (Instituto Maria da Penha).

Desde 2023, uma mudança crucial: as medidas protetivas devem ser concedidas imediatamente após a denúncia, independente de inquérito ou boletim de ocorrência completo.

NENHUMA LARGA A MÃO DA OUTRA

Antes da Lei Maria da Penha, as agressões domésticas eram tratadas como crimes de menor potencial ofensivo, resolvidos com cestas básicas e multas irrisórias. A Lei 11.340 mudou isso radicalmente: reconheceu os cinco tipos de violência e criou juizados especializados, além de estabelecer que o Estado brasileiro tem obrigação de proteger mulheres em situação de risco.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as medidas protetivas de urgência, principal ferramenta da lei, quase dobraram em quatro anos: saltaram de 463 mil em 2021 para 851 mil em 2024. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do RS, em 2025, ultrapassamos a marca de 80 feminicídios no estado, o que significa um aumento de 10% na comparação com o ano anterior. Mas é muito maior que isso os registros de ameaça, lesão corporal, estupro e outros crimes enquadrados na Lei Maria da Penha. E acontecem em diversos municípios gaúchos. Foram 1.284 feminicídios no RS entre 2012 e 2025, com média anual de 91,7 casos. Os dados oficiais apontam um feminicídio a cada quatro dias e uma tentativa de feminicídio a cada 31 horas. O cenário é dramático, uma vez que, somente neste ano de 2026, até o dia 24 de fevereiro (55 dias), foram 18 mulheres vítimas de feminicídio. Uma média de uma mulher morta a cada três dias. Um recorde negativo.

COMO DENUNCIAR

No Rio Grande do Sul, mulheres podem buscar proteção através do Disque 180 (24h, gratuito); da Delegacia Online (delegaciaonline.rs.gov.br), que permite registrar ocorrência e solicitar medida protetiva sem sair de casa; pelo WhatsApp da Polícia Civil (51) 98444-0606; e nas 52 Salas das Margaridas, espaços de atendimento humanizado distribuídos pelo estado. Para saber sobre as delegacias da mulher nos municípios gaúchos, e outras informações, a Cartilha da Mulher está disponível em http://rebrand.ly/pdp6k0q.

A LUTA CONTINUA

Maria da Penha Maia Fernandes, hoje aos 80 anos, segue ativa. Em entrevista à ONU Mulheres, em 27 de novembro de 2024 (disponível em http:// rebrand.ly/c5a50ba), ela disse que "é uma violência ainda hoje invisibilizada em muitos locais do país, por falta de políticas públicas". Sobre as fake news a respeito da história dela, confessou que "não fui mais ao supermercado, não me permiti ir inclusive a consultas médicas, porque em vários momentos fui interpelada de uma maneira pela qual me senti exposta a uma agressividade. Na sala de espera de consultórios médicos, pessoas já me falaram que eu era uma mulher que gostava de mandar prender homens. Então, como é que eu podia me sentir à vontade para sair? Deixei de ter minha vida particular e fiquei em casa. Hoje, graças a Deus, me sinto mais segura, porque fui protegida. O Ministério das Mulheres me deu essa proteção. Estou com medida protetiva, só saio com segurança". Para ela, é preciso que se criem centros de referência da mulher dentro das unidades de saúde, com psicólogos e serviços sociais e jurídicos. "Onde essa mulher, se fizer a opção de denunciar, terá apoio jurídico ali mesmo."

CARTILHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

Configura violência contra a Mulher toda ação que importe na lesão de direitos, causando-lhe dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, ou, ainda, atente contra sua vida. Muitas mulheres sofrem violência e não sabem como sair dessa situação tão delicada.

A violência doméstica contra a mulher é a maior causa de feminicídio no Brasil e no mundo.

TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

VIOLÊNCIA FÍSICA:
Tapas, socos, chutes, agressões, puxões de cabelo, empurrões...

VIOLÊNCIA MORAL:
Xingar diante dos amigos, caluniar, difamar...

VIOLÊNCIA SEXUAL:
Obrigar a manter relações sexuais, forçar gravidez e/ou impedir uso de método contraceptivo, forçar aborto...

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA:
Xingamentos, humilhações, vigilância constante, perseguição, chantagem, controle social...

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL:
Destruir ou danificar objetos pessoais e de trabalho, roupas, fotos...

CONHEÇA SEUS DIREITOS:

A lei Maria da Penha tem o objetivo de colaborar com o fim da violência doméstica e familiar. Para isso, ela cria mecanismos e institui responsabilidades dos órgãos públicos. Dessa forma, a mulher tem uma grande quantidade de serviços a sua disposição.

Medidas de Proteção Contra o Agressor:

- Afastamento do Lar;
- Proibição de manter contato e se aproximar da vítima;
- Programas de recuperação e reeducação;
- Restrição de posse/porte de armas;
- Acompanhamento psicossocial;
- Pensão Alimentícia.

SAIBA COMO DENUNCIAR:

- Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs): Caso não haja uma DEAM na sua cidade ou com funcionamentos 24h, a denúncia poderá ser realizada em qualquer delegacia de polícia;
- A delegaciaonline.rs.gov.br é uma plataforma digital criada pela Polícia Civil do RS onde as vítimas podem relatar as agressões sofridas sem ter que ir até a delegacia e que também facilita a solicitação de medidas protetivas de urgência.
- LIGUE 180: Serviço telefônico gratuito disponível 24h por dia em todo o país.

A violência política de gênero

e os impactos negativos à democracia

E violência política de gênero é um mecanismo extremamente potente no enfraquecimento da democracia, porque inibe a participação feminina

MATEUS AZEVEDO

ARQUIVO PESSOAL



Rosana Soares Campos

As mulheres representam a maioria do eleitorado brasileiro. Conforme o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), até janeiro de 2026, o eleitorado feminino representa 53% do total de eleitores aptos a votar. Mas, na política institucional brasileira, elas representam apenas 15% de cargos eletivos, o que demonstra o tamanho da desigualdade de gênero em terras tupiniquins. E, além dessa mazela democrática, esta minoria tem que conviver com a violência política de gênero.

E para combater tal violência, em 2021 foi aprovada a Lei 14.192, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. E essa legislação motivou a criação de leis similares nos estados e municípios brasileiros. A cientista política Rosana Soares Campos conceitua esse tipo de violência. "Caracteriza-se violência política de gênero qualquer ação, conduta ou agressão física, psicológica, sexual com o objetivo de restringir, de anular, de impedir de exercer no cargo sua função política. Mulheres candidatas, eleitas, nomeadas e aquelas que exercem funções políticas são vítimas de violência política de gênero".



FOTO: REPRODUÇÃO



Marielle Franco foi socióloga, feminista, ativista dos direitos humanos e vereadora do Rio de Janeiro

O Instituto Alziras, em parceria com o Observatório Nacional da Mulher na Política, publicou, em 2025, o Monitor de Violência Política de Gênero e Raça 2025. Conforme o documento, PT (23%) e PSOL (10%) são as siglas com parlamentares mais atacadas. E "60% dos acusados são ocupantes de cargos públicos e exercem principalmente a função de vereador (40%)". E essa violência também atinge mais mulheres na esfera municipal. Segundo o monitoramento, "vereadoras são as principais vítimas e figuram em mais da metade das ações penais eleitorais de violência política de gênero e raça (55%)".

Foi o que aconteceu com a ex-vereadora do Rio de Janeiro (RJ), Marielle Franco (PSOL), que, no dia 14 de março de 2018, ao sair de uma agenda política, foi perseguida e assassinada, juntamente ao seu motorista, Anderson Gomes. Quase oito anos após o crime, no dia 25 de fevereiro de 2026, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela condenação dos envolvidos no duplo assassinato. A ministra Carmem Lúcia, do STF, realizou manifestação emblemática sobre essa decisão: "Nós mulheres, mesmo eu branca e mesmo eu juíza, nós somos mais ponto de referência do que sujeito de direitos. Mas não temos a integridade de um reconhecimento pleno. Então, matar uma de nós é muito mais fácil: matar fisicamente; matar moralmente; matar profissionalmente é muito mais fácil e continua sendo".

A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E OS IMPACTOS À DEMOCRACIA

Mesmo com a sanção da primeira legislação federal específica sobre violência política de gênero, a Lei 14.192/2021, "as alterações no ordenamento jurídico têm se mostrado insuficientes para garantir condições mais seguras para as mulheres

brasileiras participarem da política", segundo o monitoramento citado acima. Esse estudo ainda revela que "a análise dos dados e sentenças sobre a aplicação da Lei nº 14.192/2021 revela uma tensão central: de um lado, a fragilidade punitiva e a leveza das respostas judiciais nas fases iniciais do processo penal; de outro, a possibilidade concreta de que, ao final do ciclo processual, a condenação resulte em uma das sanções mais severas dentro do regime democrático: a inelegibilidade dos agressores".

Nesse sentido, a pesquisadora argumenta que os espaços de tomadas de decisão precisam ser plurais e diversos. E que a falta dessa diversidade tem um impacto



negativo na democracia. "E violência política de gênero é um mecanismo extremamente potente no enfraquecimento da democracia, porque inibe a participação. Essa violência tem duas funções: 1) reduzir e/ou impedir a mulher de agir nos espaços políticos, uma vez estando lá; e 2) desencorajar mulheres de quererem participar dos espaços políticos".

E, na perspectiva de dirimir essa mazela, Rosana Soares Campos acredita que as instituições democráticas precisam "agir para coibir este tipo de violência". A docente também aponta algumas ações relevantes e necessárias. "A curto prazo – fazer valer a lei. A violência política de gênero expõe um ambiente de fragilidade para mulher, um espaço em que ela tem que lutar diariamente pela sua integridade física, moral e psicológica. A meio prazo – mostrar o que é uma violência política de gênero. As escolas precisam estar abertas para ensinar política para os/as estudantes, e um dos temas deveria ser violência política de gênero".

AGÊNCIA BRASIL



Manifestação do 8 de março em POA

CARTILHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER NO RS:

REGIÃO METROPOLITANA:

1ª DEAM PORTO ALEGRE - Endereço: Av. Ipiranga, 1803. Porto Alegre/RS. Telefone: 51. 3288-2172

DEAM ALVORADA - Endereço: Rua Alberto Pasqualini, 404, Sumaré. Alvorada/ RS. Telefone: 51. 3442-1144

DEAM GRAVATAÍ - Endereço: Estrada RS 030, nº 1013, 1º andar. Gravataí/RS.Telefone: 51. 3945-2711

DEAM VIAMÃO - Endereço: Largo Antônio Curtis Giordani, nº 07, Centro. Viamão/RS.Telefone: 51. 3435-9314

DEAM CANOAS - Endereço: Rua Humaitá, nº 1120, Nossa Senhora das Graças. Canoas/RS.Telefone: 51. 3462-9700DEAM NOVO HAMBURGO- Endereço: Rua Júlio de Castilhos, nº 806. Novo Hamburgo/RS. Telefone: 51. 3584-5801

DEAM SÃO LEOPOLDO - Endereço: Rua São Paulo, 970 – Centro. São Leopoldo – RS. Telefone: 51. 3591-3333

DEAM MONTENEGRO – Endereço: Av. Júlio Renner, nº 3605, Santa Rita. Montenegro/RS.Telefone: 51. 3649-0023

DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO A MULHER NO RS:

REGIÃO DA SERRA:

DEAM CAXIAS DO SUL –Endereço:Rua Dr. Montaury, nº 1387, 1º andar, Centro, Caxias do Sul/RS. Telefone: 54.3220-9280

DEAM BENTO GONÇALVES – Endereço:Rua Marechal Floriano, nº 142, subsolo, Centro, Bento Gonçalves/RS.Telefone: 54.3454-2899

REGIÃO CENTRAL:

DEAM SANTA MARIA – Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 1169, Bairro Medianeira. Santa Maria/RS. Telefone: 55. 3222-9646

DEAM SANTA CRUZ DO SUL - Endereço:Av. Dep. Euclydes Nicolau Kliemann, nº 1515, 4º andar, Ana Nery, Santa Cruz do Sul/RS. Telefone: 51.3715-6963.

DEAM LAJEADO -Endereço:R. Cel. João Batista de Melo, 509 - Centro, Lajeado/RS. Telefone: 51.3748-6912.

DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO A MULHER NO RS:

REGIÃO NOROESTE:

DEAM SANTO ÂNGELO - Endereço:Avenida Venâncio Aires, nº 1988, Santo Ângelo/RS. Telefone: 55. 3313-2340

DEAM SANTA ROSA - Endereço:Rua Ângelo Menuci, nº 88, Cruzeiro, Santa Rosa/RS.Telefone: 55.3512.5911DEAM ERECHIM - Endereço:Rua Flores da Cunha, nº 91, Dal Molin, Erechim/RS. Telefone: 54. 3520-4561

DEAM IJUÍ- Endereço:Av. Coronel Dico, nº 747, Assis Brasil, Ijuí/RS – RS. Telefone: 55.3331-9791

DEAM PASSO FUNDO – Endereço: Rua Nascimento Vargas, nº 153. Passo Fundo/RS. Telefone: 54. 3581.0725

DEAM CRUZ ALTA - Endereço: Rua Cel. José Gabriel, nº 21/2º andar, Schetter. Cruz Alta/RS. Telefone: 55. 3322-6160

DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO A MULHER NO RS:

REGIÃO DA CAMPANHA:

DEAM URUGUAIANA – Endereço: Av. Presidente Vargas, nº 3905, Santana. Uruguaiana/RS. Telefone: 55. 3411-1125

DEAM BAGÉ –Endereço:Av. Sete de Setembro, nº 634, Centro, Bagé/RS. Telefone: 53. 3241-3709

REGIÃO SUL:

DEAM PELOTAS - Endereço:Rua Barros de Cassal, 516 - Areal, Pelotas – RS. Telefone: 53.3310-8181

DEAM RIO GRANDE – Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 42, Rio Grande/RS. Telefone: 53.3237-4884

QUANDO A VÍTIMA É JORNALISTA

Profissionais da imprensa acabam, por vezes, em tristes registros nas páginas policiais

SÉRGIO PEREIRA

Acostumadas a noticiar, jornalistas acabam, por vezes, em tristes registros nas páginas policiais. Alguns casos de feminicídio envolvendo profissionais da imprensa ficaram famosos no Brasil, seja pela popularidade alcançada pela vítima em muitos anos de atividade ou pelos requintes de crueldade do crime praticado. Vamos recordar algumas histórias de violência de gênero que tiveram grande repercussão no país.

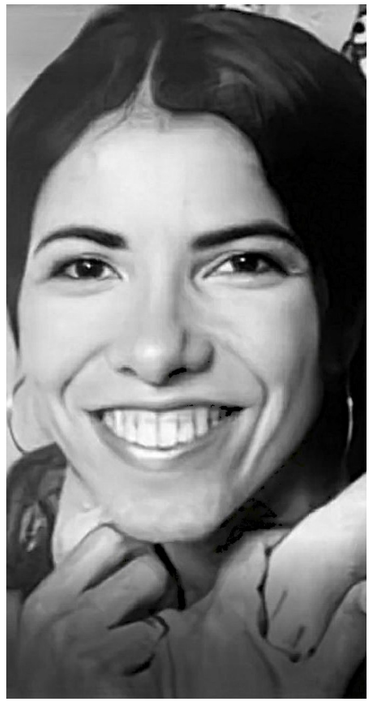
FOTOS REPRODUÇÃO



SANDRA GOMIDE

20/8/2000 – IBIÚNA (SP)

Sandra, de 32 anos, foi morta a tiros pelo também jornalista Antônio Pimenta Neves, seu ex-namorado e colega de redação de O Estado de S.Paulo. Pimenta Neves não aceitava o fim do relacionamento. Esse é considerado até hoje um dos crimes mais chocantes do país.



BEATRIZ HELENA DE OLIVEIRA RODRIGUES

12/6/2004 – NOVO HAMBURGO (RS)

Em um dos casos policiais mais rumorosos do Rio Grande do Sul, Beatriz, de 43 anos, foi queimada viva dentro do carro no Dia dos Namorados. Seu marido, Henrique Sanfelice, foi condenado pelo crime, que deixou perplexa a comunidade de Novo Hamburgo.



DANIELA BISPO DOS SANTOS

13/11/2017 – SALVADOR (BA)

Daniela foi brutalmente assassinada por Mateus William Oliveira Alecrim Dourado de Araújo, que se utilizou de uma pedra para golpear a cabeça da vítima. Ela tinha 38 anos e foi morta na escada no 5º andar do prédio onde trabalhava. Araújo não aceitava o rompimento do namoro.



JULIANA DE FREITAS ALVES

31/12/2022 – PORTO SEGURO (BA)

A jornalista, de 41 anos, foi assassinada pelo marido, o engenheiro Reges Amauri Krucinski, depois de uma discussão. Juliana levou quatro tiros: três na cabeça e um no tórax. O feminicídio se deu em meios aos festejos da noite de réveillon na turística Porto Seguro.



VANESSA RICARTE

12/2/2025 - CAMPO GRANDE (MS)

Vanessa tinha 42 anos quando foi morta a golpes de faca pelo ex-noivo, o músico Caio do Nascimento Pereira. O crime aconteceu dentro da residência da jornalista, na capital sul-mato-grossense. Pereira também não aceitava o término do relacionamento.



VINÍCIUS MENDONÇA / IBAMA

Versão de Jornalistas DIGITAL

DO PL DA DEVASTAÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:

EXISTE ALGO EM COMUM?

ILZA MARIA TOURINHO GIRARDI
E SÉRGIO PEREIRA

Entrou em vigor em fevereiro deste ano a Lei nº 15.190/2025, a criticada lei geral do licenciamento ambiental e que, durante sua tramitação no Congresso Nacional, ficou conhecida como "PL da devastação" ou "mãe de todas as boiadas". O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acabou sancionando a lei, mas com vetos importantes. Lula derrubou, em agosto do ano passado, 63 dos 400 dispositivos propostos no PL.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, justificou os vetos. "Foi um trabalho que, no nosso entendimento, mantém o diálogo com o Congresso Nacional, fazendo com que a gente assegure a integridade do licenciamento ambiental e consiga fazer processos que ganhem celeridade sem a perda da qualidade do licenciamento que é fundamental para proteção do meio ambiente em um contexto de crise climática, perda de biodiversidade e de processos de desertificação", disse na época.

Em novembro, no entanto, o Congresso Nacional derrubou 52 vetos de Lula, apesar de todos os esforços das bancadas do PT e PSOL para tentar manter a decisão presidencial. Entidades ambientais repudiaram a derrubada dos vetos.

"Os dispositivos que retornaram com a derrubada dos vetos colidem com os direitos dos indígenas e quilombolas, dão um cheque em branco para os entes subnacionais fazerem o que quiserem com o licenciamento, restringem o campo da aplicação do licenciamento ambiental e reduzem a responsabilidade das instituições financeiras, entre outros absurdos", afirmou Suely Araújo, coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima (OC).



ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL

Ministra Marina Silva é professora, historiadora, ativista ambiental e política brasileira

Já a especialista em políticas públicas do Greenpeace Brasil, Gabriela Nepomuceno, disse para a Agência Brasil em novembro que os "empreendimentos considerados 'estratégicos', como a perfuração de petróleo na Foz do Amazonas, poderão ser aprovados num prazo inexequível, comprometendo qualidade e segurança e potencializando danos socioambientais irreparáveis".

Com vários dispositivos inconstitucionais, a lei geral do licenciamento ambiental está sendo contestada na justiça. Entidades ambientais já entraram com ações contestando a derrubada dos vetos e aguardam, apreensivas, que saia com a máxima urgência uma decisão.

O PL da devastação foi aprovado em pleno ano da COP 30, realizada no Brasil e para a qual o agronegócio, cuja bancada comemorou efusivamente a aprovação, apresentou o documento "Rumo à COP 30: O Agronegócio e as Mudanças Climáticas". Parece contraditório? Talvez não.

A forma como o Congresso Nacional trata as questões de meio ambiente revela um pensamento predador focado unicamente no lucro, mesmo que este implique comprometimento do equilíbrio ambiental. Ao ser chamada para prestar depoimento na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e na Comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado, a ministra Marina Silva foi tratada com violência por deputados e senadores.

O que aconteceu com a ministra, reconhecida no Brasil e no mundo pela sua competência e sabedoria, foi classificado como violência de gênero e racismo. Como é possível políticos serem tão violentos quando tratam de temas relacionados ao meio ambiente, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos? Na visão deles, tais povos são contra o progresso, assim como cientistas e organizações não governamentais que estão na mesma luta.

A ministra foi cobrada pela demora na liberação de licenças ambientais. Como para muitos políticos, em especial os que representam setores que frequentemente degradam o meio ambiente, o licenciamento ambiental é um empecilho para o desenvolvimento, segundo sua visão de progresso. Para pessoas que pensam assim a natureza é um entrave e precisa ser controlada, de preferência destruída. Esse modo de pensar e agir reflete o que Vandana Shiva denominou de "monoculturas da mente", que consiste num modo de pensar que conduz ao desaparecimento da diversidade. Esse sistema de pensamento sustenta as monoculturas agrícolas de soja, arroz, milho, café e outras que exigem altas doses de agrotóxicos para eliminar plantas, insetos e demais formas de vida que são consideradas intrusas.



Para esse tipo de visão de mundo a natureza precisa ser submetida e colocada a serviço do modo de produção capitalista, consequentemente da acumulação. A forma como a ministra foi tratada, assim como outras mulheres que defendem ideias opostas à base conservadora releva a violência de gênero presente no campo político. Mas por que a violência de gênero tem alguma relação com a violência contra as florestas, contra os rios e contra os povos que neles habitam?

Nancy Mangabeira Unger cita Bacon, fundador da ciência moderna, para o qual a natureza deveria ser torturada "e forçada a render seus segredos como uma mulher". Esse pensamento de Bacon nos permite fazer um paralelo com os de outros filósofos que consideravam a mulher, assim como a natureza, um ser inferior ao homem. De acordo com a pesquisadora Rita Terezinha Schmidt, Aristóteles considerava que o ser mulher era "concebido como uma forma inferior de vida humana". A mulher era vista como um ser menos humano, situada numa categoria entre humano e o não humano, cujo corpo assemelhava-se à natureza. Seria, portanto, incapaz de exercer a razão em sua plenitude e por isso os homens seriam destinados a mandar nelas. Esse pensamento perdurou por séculos e séculos, segundo Schmidt.

Nessa categoria de seres de segunda classe estão os indígenas, ribeirinhos, quilombolas, que vivem de acordo com a natureza, cujos direitos são desrespeitados em nome do progresso, perpetuando-se a destruição das formas de vida que ocorrem em harmonia com o meio ambiente. Sobre esse tema, a pesquisadora Roberta de Pinho Silveira cita Hobbes em sua tese de doutorado, o qual propôs controlar o estado de natureza com sua teoria do contrato social, com a ideia de tirar a dignidade da natureza para reduzi-la "a algo cuja existência irracional deve ser controlada, além de produzir com essas ideias as bases para subordinação das mulheres, da natureza e das colônias". Inaugurou-se, assim, uma civilização baseada na acumulação capitalista e na divisão sexual e colonial do trabalho.

Tentaram calar a ministra Marina Silva, falando alto, utilizando palavras impróprias. Assim ainda são tratadas as pessoas que defendem a natureza e se for mulher e negra, a violência das palavras revela um ódio mais intenso. Estamos numa encruzilhada de feminicídios, maus-tratos e mortes de animais, destruição da biodiversidade, inclusive da urbana pelas prefeituras e construção civil, sem falar nas guerras que ocorrem pelo mundo. Que progresso é esse?

Ao recuperar a história da violência de gênero e em relação à natureza, através do Ecofeminismo e da Ecologia Profunda, Loreley Garcia nos diz que "a preocupação com a natureza é produto de um despertar de nosso parentesco com os indivíduos não humanos (...) e floresce no sentido da solidariedade com nossos seres companheiros". Para ela, o desenvolvimento de "nossa autoconsciência como espécie humana avança para a igualdade de gênero", assim como a aceitação de "elementos depreciados e marginalizados como femininos (os laços afetivos, a compaixão, a matéria, a Natureza)". Garcia entende, também, que esse avanço se encaminha para autocompreensão de nossa espécie como parte da natureza levando-nos a um olhar respeitoso em relação aos seres vivos não humanos.

Estamos num impasse. O conserto desse mundo marcado por várias formas de violência contra a natureza, compreendendo aí os humanos, especialmente o gênero feminino, as camadas mais empobrecidas da sociedade, os animais não humanos e os demais seres da biodiversidade passa por uma legislação e justiça mais rigorosas e pela educação inclusiva desde a pré-escola.

Fontes consultadas:

Agência Senado
GARCIA, Loreley. A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia
da vida. João Pessoa: Gaia Scientia, 2009, 3(1): 11 – 16, p.15.
SCHMIDT, Rita Terezinha. Para além do dualismo na natureza/cultura: ficções do corpo feminino. Porto Alegre: Organon, v. 27 n. 52 (2012), p.3.
SILVEIRA, Roberta de Pinho. Práticas de cuidado em saúde para outros modos de vida: uma análise da atuação das enfermeiras na pandemia da COVID-19. 2024. (Tese de doutorado) 2024 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.50.
SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
UNGER, Nancy Mangabeira. O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade. São Paulo: Loyola, 1991, p. 54.

ONU alerta para avanço da VIOLÊNCIA DE GÊNERO em meio a retrocessos globais

Na abertura da 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, o Alto Comissário Volker Türk alertou para ataques a civis, jornalistas e defensoras de direitos humanos, em meio ao agravamento da violência de gênero e à repercussão internacional da condenação dos envolvidos no assassinato de Marielle Franco.

MONICA CABAÑAS

ANTHONY HEADLEY / OHCHR



Volker Türk no CDH em Genebra

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH) — principal órgão intergovernamental da ONU responsável por promover e proteger direitos humanos no mundo — abriu sua 61ª sessão em 23 de fevereiro de 2026, em Genebra. A reunião que conta com a participação de Estados, especialistas e organizações da sociedade civil e segue até 31 de março de 2026, concentra-se em temas centrais da agenda internacional: a escalada de conflitos armados, ataques a civis e trabalhadores humanitários, retrocessos democráticos, repressão a jornalistas e defensores de direitos humanos, além do avanço de discursos de ódio e discriminação. O encontro ocorre em um momento de agravamento global da violência de gênero, que atravessa crises políticas, humanitárias e sociais em diversas regiões.

A violência contra mulheres permanece como uma das violações mais persistentes e de números alarmantes no mundo, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos voltou a alertar para sua gravidade na sessão inaugural. No discurso de abertura, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, descreveu um cenário global marcado por violência em conflitos armados, ataques deliberados contra civis, assassinatos de jornalistas, agressões a trabalhadores humanitários e perseguição a defensoras e defensores de direitos humanos. Para Türk, essas violações não são acidentes, mas resultado de decisões políticas que corroem instituições e fragilizam democracias.



Embora o caso brasileiro mais emblemático — o assassinato de Marielle Franco, em 2018 — não tenha sido citado diretamente na sessão inaugural, o tema mais amplo da violência de gênero atravessou os discursos. Türk insistiu que Estados têm a obrigação de prevenir violações, responsabilizar autores e transformar estruturas discriminatórias que alimentam desigualdades e violência.

Dias depois, em 26 de fevereiro de 2026, o Alto Comissariado publicou uma nota oficial saudando a condenação dos cinco envolvidos no assassinato de Marielle e Anderson Gomes. A decisão foi descrita como "um recado poderoso contra a impunidade". O OHCHR destacou que Marielle — mulher negra, bissexual, eleita e crítica da violência policial — simboliza a interseção entre racismo estrutural, misoginia e violência política, e pediu que o Brasil avance no enfrentamento às desigualdades que colocam mulheres negras em risco desproporcional.

No CDH, os debates sobre violência contra mulheres continuam guiados pelos relatórios recentes da Relatoria Especial sobre Violência contra Mulheres e Meninas, que abordam violência política, ataques a defensoras, violência sexual em conflitos e discriminação interseccional. O caso Marielle permanece como referência internacional, lembrando que a violência política de gênero é parte de um padrão global que exige respostas firmes e sustentadas.

Limites e responsabilidades na cobertura jornalística de FEMINICÍDIOS

O feminicídio no Brasil é expressão de uma crise estrutural que atravessa cultura, políticas públicas e o próprio jornalismo.

THAMARA COSTA PEREIRA

A violência contra mulheres é uma realidade que ultrapassa os ataques individuais e revela um problema estrutural na sociedade e no próprio ambiente profissional. Para aprofundar essa reflexão, o Versão de Jornalistas entrevistou duas profissionais com trajetórias marcadas pela atuação firme e crítica nesta pauta: Manuela Borges, do ICL, e Fabiana Reinholz, do Brasil de Fato.

Na conversa, elas analisam o crescimento da violência de gênero no Brasil, os limites e responsabilidades da cobertura jornalística — especialmente nos casos de feminicídio —, o papel das redes sociais, a fragilidade das políticas públicas de proteção a mulheres.

É sobre esses desafios — e sobre a urgência de transformações culturais, institucionais e profissionais — que trata a entrevista a seguir. Manuela e Fabiana participaram do Painel Jornalistas Inspiradoras, organizado pela ARI, com apoio do SindJoRS, no dia 7 de março.

1 Versão - Como analisas o crescimento dos casos de feminicídio no Brasil, especialmente nas regiões onde atuas? Há diferenças regionais marcantes?

Manuela - O crescimento dos casos de feminicídio no Brasil revela um problema estrutural, cultural e histórico. No Distrito Federal, onde atuo, percebemos que a maior parte dos crimes acontecem dentro de casa, cometidos por companheiros ou ex-namorados e maridos. Isso revela que o ambiente doméstico ainda é um espaço de alto risco para mulheres. Um local onde a violência se "limita" a quatro paredes. Embora existam diferenças regionais — especialmente em estados com menor acesso a políticas públicas e redes de proteção — o padrão da violência é semelhante: controle, posse, ciúme e uma cultura que ainda naturaliza a dominação masculina. No DF, por exemplo, há mais acesso institucional do que em regiões mais afastadas do país, mas isso não impede o crime. O que muda é, muitas vezes, a capacidade de notificação e visibilidade dos casos — não necessariamente a violência em si. Na minha visão, os números do feminicídio têm batido recordes no Brasil porque as mulheres têm ganhado autonomia financeira e intelectual. Isso é perturbador para muitos homens que ainda perpetuam o pensamento de que mulheres precisam ser submissas, ocupar cargos inferiores e ganhar menos. A partir do momento em que uma mulher passa a ter maior protagonismo do que o homem dentro de casa, isso parece "ferir" a masculinidade do "macho alfa", o que traz um sentimento de inferioridade que muitos não sabem administrar. Para mim, o empoderamento feminino tem levado os homens a buscar a violência como forma de reduzir o tamanho das mulheres.

ARQUIVO PESSOAL



• **MANUELA BORGES –** Jornalista com 23 anos de experiência. Atua no Instituto Conhecimento Liberta (ICL), antes disso, trabalhou em importantes veículos de comunicação como TV Record, SBT, CBN e RedeTV, e coordenou a produção audiovisual da Fundação Astrojildo Pereira. Possui pós-graduação em Assessoria em Comunicação Pública e Cannabis Medicinal, além de um mestrado em Ciência da Informação.

ARQUIVO PESSOAL



• **FABIANA REINHOLZ –** Trabalha no Brasil de Fato RS. Autora da reportagem "Crianças órfãs de feminicídio: traumas, perdas e a luta por direitos", que lhe rendeu o Prêmio ARI Banrisul de Jornalismo, na categoria Reportagem em Texto de 2025. Formada pela Unisinos, Fabiana também possui experiência em assessoria de imprensa.

Fabiana - Temos assistido a uma escalada dos feminicídios no país. Em 2025, o Brasil registrou 1.470 casos. No Rio Grande do Sul, foram 80 mortes no mesmo período. E, agora, nos dois primeiros meses de 2026, o estado já contabiliza 20 mulheres assassinadas. Os números revelam um cenário alarmante, que pode ser compreendido como uma crise estrutural, profundamente enraizada em uma cultura machista que naturaliza a violência e a desigualdade de gênero. Em relação às diferenças regionais, elas existem, mas estão assentadas na mesma base estrutural: uma lógica patriarcal que ainda vê a mulher como objeto e reforça relações de poder desiguais.

2 Versão - Na cobertura jornalística sobre feminicídios, quais erros ainda são comuns e como o jornalismo pode contribuir para uma mudança cultural e estrutural?

Manuela - Eu vivi a rotina de programas policiais de grande audiência e sei como funcio-

na a lógica da televisão sensacionalista. Parte da imprensa não quer aprofundar causas ou discutir soluções. Quer apenas impacto, audiência ou cliques. Programas como o 'Cidade Alerta', por exemplo, exploram a dor, repetem imagens, dramatizam narrativas e, muitas vezes, reduzem a vítima à tragédia do dia. Falta contexto. Falta explicar o ciclo da violência. Falta discutir políticas públicas e cobrar a implementação das mudanças que desejamos. Na minha visão, no chamado jornalismo 'hard news' a pressão é pela entrega de materiais rasos. Quantidade e não qualidade. Há ainda erros comuns, da chamada grande mídia e de alguns veículos ditos independentes e conversadores, que tendem a culpar indiretamente a vítima ("ela já tinha denunciado?" "por que não saiu antes?") e a explorar imagens de sofrimento de familiares. Muitas vezes, vemos o agressor se transformar em protagonista, como no caso do pai que assassinou um filho e deixou outro gravemente ferido no hospital, para punir a mãe que não queria mais permanecer no relacionamento. Muitos veículos ainda tratam casos de feminicídio, apenas como "crime passional". E o jornalismo profissional pode — e deve — mudar isso. O jornalismo profissional precisa investigar e acompanhar as falhas do Estado, cobrar políticas públicas, mostrar caminhos de denúncia, divulgar redes de apoio e, principalmente, educar a audiência.

Fabiana - Ainda observamos, em alguns casos, abordagens sensacionalistas que acabam estimulando a culpabilização da vítima. Como lembrou recentemente a juíza-corregedora Taís Culau de Barros: "Nós temos que saber que vítima é vítima, a gente não tem que questionar. A sociedade muitas vezes questiona o comportamento da mulher, quando o culpado é somente o agressor". O jornalismo pode contribuir para uma mudança cultural e estrutural ao adotar uma abordagem baseada em direitos humanos e na perspectiva de gênero. Isso significa nomear corretamente o crime como feminicídio, contextualizar dados e políticas públicas, ouvir especialistas e movimentos sociais e evidenciar que a violência contra as mulheres não é um fato isolado, mas resultado de desigualdades históricas e estruturais.

3 Versão - Quais os principais desafios que as mulheres enfrentam ao tentar denunciar a violência antes que ela evolua para o feminicídio?

Manuela - O maior desafio, na minha opinião, é a falta de uma rede de proteção que funcione de forma integrada e eficaz. Denunciar não é apenas registrar ocorrência. É fundamental criar meios de garantir apoio financeiro, psicológico e emocional. As vítimas precisam se sentir seguras, acreditar que há proteção real dos filhos, ter opções de moradia e emprego. Sem independência econômica, muitas mulheres permanecem no ciclo da violência. Criar políticas que garantam autonomia financeira e suporte à família é essencial para romper esse ciclo.

Fabiana - Com base nas fontes ouvidas, profissionais que atuam diretamente na rede de proteção, um dos principais desafios é romper o silêncio. Muitas mulheres estão inseridas em ciclos de violência que incluem agressões psicológicas, morais e patrimoniais, o que fragiliza sua autonomia e dificulta a denúncia. Para que essa ruptura aconteça, é fundamental que exista uma rede de proteção estruturada e eficiente. No entanto, o relatório final da Comissão Externa sobre os feminicídios no Rio Grande do Sul aponta fragilidades importantes. O estado conta com apenas 23 delegacias especializadas distribuídas em 22 municípios, dos 497 existentes; 62 Patrulhas Maria da Penha, com 160 policiais, atuando em 114 cidades; e 15 casas-abrigo em 14 municípios. Esses números demonstram a insuficiência da estrutura diante da dimensão do problema.

4 Versão - Como tu vês o papel das redes sociais na visibilidade - ou invisibilização - desses casos? A exposição ajuda ou atrapalha?

Manuela - As duas coisas, na minha forma de analisar. As redes sociais ajudam a dar visibilidade, pressionam autoridades e impedem que casos sejam abafados. Muitas vezes, são elas que impulsionam a cobertura da imprensa tradicional, inclusive. Entretanto, também podem ajudar a propagar desinformação, julgar e expor a vítima, além de reforçar estigmas. Nós vemos que as redes podem transformar

Versão de Jornalistas DIGITAL



tragédias em espetáculo digital. O ambiente virtual é muito hostil. A exposição pode gerar mobilização, mas também pode revitimizar famílias. É uma ferramenta poderosa — tudo depende de como é utilizada.

Fabiana - As redes sociais têm um papel ambivalente. Podem ampliar a visibilidade da violência de gênero, mobilizar apoio e pressionar por respostas institucionais. No entanto, também podem reforçar a espetacularização da violência, disseminar desinformação e revitimizar mulheres e familiares. A visibilidade é importante, mas precisa ser acompanhada de responsabilidade, cuidado ético e compromisso com os direitos das vítimas.

5 Versão - Acreditas que os veículos de comunicação têm cumprido seu papel de conscientização e pressão por políticas públicas? O que ainda falta?

Manuela - Entendo que ainda é insuficiente. Falta uma campanha nacional permanente, que comece nas escolas e atravesse a educação infantil até o nível superior. Precisamos falar sobre respeito, igualdade e enfrentamento ao machismo desde muito cedo. Políticas públicas não podem ser apenas reativas — precisam ser educativas e preventivas. E há um ponto delicado: o machismo também é reproduzido dentro de casa. Muitas mulheres, sem perceber, perpetuam essa visão na criação dos filhos. A mudança cultural passa pela família, pela escola, pela mídia e pelo Estado.

Fabiana - Os veículos de comunicação têm contribuído para ampliar o debate público sobre o tema, especialmente ao dar visibilidade aos casos e aos dados. No entanto, diante da escalada da violência, como vimos na Páscoa do ano passado e já nos primeiros dias de 2026, é legítimo questionar se isso tem sido suficiente. Talvez seja necessário ouvir ainda mais quem está na base da rede de proteção: profissionais que atuam na linha de frente e mulheres que sobrevivem à violência. Também é fundamental reforçar a importância da educação de gênero como política pública estruturante.

6 Versão - Além da cobertura factual, de que maneira o jornalismo pode humanizar as vítimas e evitar que elas sejam reduzidas a estatísticas?

Manuela - Nas redações brasileiras, o sucateamento do jornalismo deixou de ser exceção e virou método: salários encolhem ano após ano, enquanto profissionais experientes são substituídos por estagiários ou por trabalhadores sem formação específica, empurrados para rotinas exaustivas e sem tempo para apuração. O resultado é um jornalismo mais frágil, pressionado por cliques e velocidade, no qual a precarização do trabalho corrói a qualidade da informação e enfraquece o papel da imprensa como mediadora crítica da vida pública. Humanizar é contar quem aquela mulher era antes da violência. Quais eram seus sonhos? Sua profissão? Seus filhos? Seus projetos? Durante muito tempo, eu participei de coberturas que mostravam apenas o corpo, o sangue, o choro. Isso gera audiência, mas não gera transformação. Humanizar é ouvir amigas, colegas, mostrar a trajetória, falar da ausência que fica. É deslocar o foco do espetáculo para a história de vida. O jornalismo precisa sair do imediatismo e assumir uma função social mais profunda. Não basta noticiar a morte — é preciso investigar por que ela aconteceu e o que precisa mudar para que não aconteça de novo.

Fabiana - O jornalismo pode humanizar as vítimas ao contar suas histórias para além do crime, evidenciando seus sonhos, vínculos e trajetórias. O feminicídio não encerra apenas uma vida: deixa marcas profundas em pais, mães, filhos os órfãos do feminicídio, amigas e amigos. Deixa uma cadeira vazia em rodas de conversa, nas escolas, nos espaços de convivência. Também é essencial dar espaço às histórias de sobreviventes e reforçar que o feminicídio é um crime evitável. Estar presente nos atos, acompanhar a rede de proteção e manter o tema em pauta são formas de contribuir para que essas vidas não sejam reduzidas a números.

PACTO NACIONAL PELO FIM DA BARBÁRIE

Enfrentar o feminicídio exige mais do que leis: requer o engajamento ativo dos homens e uma transformação cultural profunda — um chamado que ecoa no slogan da campanha 'Todos Juntos por Todas'.

SÉRGIO PEREIRA

Lançado em fevereiro de 2026 pelo Governo Federal, o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio é uma ação estruturada para tentar reduzir os crimes contra a mulher. O país registra a trágica estatística de quatro vítimas e dez tentativas de feminicídio por dia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade realizada no Palácio do Planalto, reafirmou o seu compromisso com a causa: "O que nós queremos, na verdade, é envolver a sociedade brasileira. Estamos falando da possibilidade de nós criarmos uma nova civilização. Uma civilização de iguais, em que não é o sexo que faz a diferença, mas o comportamento, o respeito".

Além do presidente Lula, assinaram o documento o presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o então defensor público-geral federal em exercício, Marcos Paderes. O ministro Fachin lembrou em seu discurso que "é preciso agir em várias frentes, prevenir, responsabilizar e proteger. A mudança na lei é importante, mas não é suficiente. Essa mudança começa quando começamos a agir".

Uma das medidas já tomadas foi a publicação do Decreto nº 12.845/26, que regulamenta o funcionamento do Ligue 180. Agora, a central telefônica do 180, que atende 24 horas por dia, passa a integrar o eixo estruturante de prevenção secundária do pacto, para operar como uma ferramenta estratégica de acolhimento, prevenção e proteção.

O 180 fornece orientação sobre leis, direitos das mulheres e serviços da rede de atendimento (Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referências, Delegacias de Atendimento à Mulher), Defensorias Públicas, Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres, entre outros; dá informações sobre a localidade dos serviços especializados da rede de atendimento; faz o registro e o encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes; e acolhe reclamações e elogios sobre os atendimentos prestados pelos serviços da rede de atendimento.

No mesmo dia foi lançada a campanha "Todos Juntos por Todas" (que pode ser acessada no link https://todosportodas.br/), com o objetivo de unir toda a sociedade no enfrentamento à violência. Essa luta demanda compromisso de toda a sociedade, de todos os poderes, principalmente dos governos estaduais e municipais, que estão na ponta final do processo. São eles que podem implantar ações concretas, como oferecer centrais de atendimento, montar estruturas de acolhimento e implantar políticas de educação específicas em defesa da mulher, entre outras.

E necessita, principalmente, da participação masculina. Não basta apenas não ter conduta violenta, aos homens o que se espera é que contribuam para uma mudança de pensamento, pelo fim da misoginia e da cultura de violência de gênero. É preciso que cada um faça o que for possível em casa, na escola, no trabalho, nos grupos sociais para que esse tema esteja sempre presente nas discussões. E isso significa muito mais do que usar um laço branco em 6 de dezembro, Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Exige, mais do que isso, firme engajamento.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM AGENCIA BRASIL



Presidente Lula lança o Pacto Nacional Brasil contra Feminicídio

Lute como uma jornalista.
JORNALISTAS SINDJORS

SAÚDE MENTAL NO TRABALHO VIRA OBRIGAÇÃO LEGAL

O QUE MUDA COM A NOVA NR-1

Riscos psicossociais passam a incorporar NR-1 do Ministério do Trabalho e Emprego que trata de segurança e saúde ocupacional

CARLA SEABRA

Falar de saúde mental no ambiente de trabalho deixou de ser pauta de "boas práticas" ou diferencial de empresas modernas. A partir de maio de 2026, passa a ser lei — e descumprir pode custar caro. A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), do Ministério do Trabalho e Emprego, incorpora, oficialmente, os chamados riscos psicossociais ao conjunto de obrigações das empresas, em matéria de segurança e saúde ocupacional.

A mudança é simbólica e prática. Simbólica porque reconhece, em texto normativo, o que trabalhadores e trabalhadoras já sabem há muito tempo: o sofrimento emocional causado pelo trabalho é real, é grave e tem consequências. Prática porque, a partir de agora, as empresas precisarão mapear, documentar e demonstrar ações concretas para reduzir esses riscos, sob pena de auditoria, fiscalização e multa.

Estresse crônico, sobrecarga emocional, metas irreais, ambientes de medo, relações deterioradas e falta de clareza de papéis passam a integrar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o mesmo instrumento que até hoje tratava, quase exclusivamente, de riscos físicos, como acidentes e uso de EPIs.

O SINDJORS JÁ ALERTAVA SOBRE ISSO

Para o Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, essa conquista tem sabor especial e histórico. Desde a primeira gestão da presidenta Laura Santos Rocha, o sindicato vem insistindo em inserir na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria a preocupação com a saúde mental e emocional dos jornalistas, bem como a obrigatoriedade de ações das empresas nesse campo. O que era resistência das empregadoras agora é norma regulamentadora. O que era pauta sindical agora é lei.

Depressão, burnout, síndrome do pânico, transtornos de ansiedade, não são e nunca foram problemas "menores". Não são desculpas. São adoecimentos reais, que afastam profissionais, destroem carreiras e, em casos extremos, custam vidas. E boa parte deles tem origem, ou agravamento, nas condições em que o trabalho é exercido.

FREEPIK



OS NÚMEROS QUE NÃO MENTEM

Os dados são alarmantes. Segundo o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, coordenado pelo Ministério Público do Trabalho e pela OIT, no Brasil, os benefícios por incapacidade temporária, relacionados à saúde mental, mais do que dobraram em dois anos: foram 201 mil concessões em 2022, chegando a 472 mil em 2024 - um aumento de 134%. No cenário global, em publicação de setembro de 2024, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou que ansiedade e depressão causam a perda de, aproximadamente, 12 bilhões de dias de trabalho por ano, com impacto econômico de US$ 1 trilhão em perda de produtividade. O adoecimento mental não é silencioso apenas para quem sofre, ele estava silencioso, durante muito tempo, para quem tinha o dever de agir.

O QUE MUDA NA PRÁTICA

Com a nova NR-1, as empresas não poderão mais se limitar a reconhecer que "tal área tem alto nível de estresse". Será preciso demonstrar quais ações estão sendo adotadas para reduzir esse risco. O documento técnico do PGR passa a refletir, também, a cultura da empresa.

Isso significa investir no letramento emocional das lideranças, criar canais seguros de escuta e denúncia, realizar análises qualitativas das relações de trabalho e promover treinamentos contínuos para que gestores saibam identificar sinais precoces de adoecimento em suas equipes. Respeito não é protocolo. É prática cotidiana. E agora, também, é exigência legal.

A categoria de jornalistas conhece bem as pressões que adoecem: redações enxutas, com demandas triplicadas, precarização dos vínculos, assédio moral naturalizado, cobranças por produtividade em condições cada vez mais adversas. Quem ousa levantar a voz sobre isso, no ambiente laboral, muitas vezes enfrenta retaliação. Por isso, o SindJoRS reforça: nenhuma empresa está acima do bem-estar de seus empregados. Empregado adoecido não é problema do empregado. É responsabilidade compartilhada e, agora, legalmente atribuída ao empregador. A NR-1 chegou. Para a presidenta Laura Santos Rocha, "a luta do SindJoRS por saúde mental na CCT continua, porque norma regulamentadora é piso, não teto, ou seja, sempre há mais a fazer e precisa ser lembrado e cobrado diariamente", finaliza.

Lute como uma jornalista.
JORNALISTAS SINDJORS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

JORGE LEÃO

Isabela Daudt é uma das jovens jornalistas mais premiadas de sua geração, com trabalhos reconhecidos pelo 1º Prêmio A.C.Camargo Jovem Jornalista, pelo Prêmio ASDEP de Jornalismo e pelo Prêmio ADPERGS. Sua atuação se destaca pela coragem em pautas sensíveis, pela escuta qualificada e pelo compromisso ético em ambientes que exigem preparo, responsabilidade e sensibilidade.

Nesta entrevista, ela fala sobre assédio, coberturas em contextos hostis, a importância de manter o 8 de março como data de luta e as vozes femininas que ainda precisam ser ouvidas no jornalismo. Suas reflexões revelam uma profissional que combina lucidez, rigor e humanidade — e que enxerga no coletivo de mulheres jornalistas uma força essencial para a democracia.



1 Dados apontam que 75% das jornalistas sofrem violência digital ou assédio on-line. Você já sentiu a necessidade de mudar sua cobertura ou se autocensurar para evitar ataques?

Nunca senti a necessidade de mudar a minha cobertura. Entendo que mudar a postura diante de um assédio pode dar a entender que a minha atitude profissional anterior deu espaço ou permissão àquele comportamento, no mínimo, antiético. E a culpa nunca é de quem tem a sua individualidade invadida. Uma vez, em um plantão de Natal, passei por uma situação fora da curva: um advogado, com o qual tinha acabado de gravar entrevista, achou de bom tom me enviar uma foto, em visualização única, sem camisa e na beira da praia. Novamente, no mínimo, algo inconveniente em uma relação estritamente profissional. Nessa oportunidade, quase caí no senso comum de me culpar, porque tinha usado meu telefone pessoal para o contato, e não o da empresa – o que é comum e natural. Mas logo voltei à racionalidade. Se um homem não sabe respeitar os limites de uma mulher apenas por ela usar o próprio número de telefone, a culpa pode ser de muitas pessoas na sociedade, mas nunca minha enquanto mulher e jornalista.

2 Como você se prepara para coberturas em ambientes hostis?

Eu sempre procuro ter em mente que a minha função de jornalista é me colocar nos locais, muitas vezes hostis, mas que depois da pauta vou sair dali, enquanto as pessoas vão permanecer. Isso reforça a responsabilidade social da profissão. Busco entender as realidades e fazer o exercício de me colocar no lugar dos personagens da matéria. Chegar familiarizada com o assunto, com perguntas em mente e sabendo os desafios que posso encontrar. Acho que hostilidade é relativa, também. Como repórter, já estive em uma roda de mulheres vítimas de violência de gênero, muitas com ameaça de morte, ouvindo suas falas de dor e superação, vendo seus desenhos de vislumbres de futuro na parede e, sobretudo, a vontade de sair com saúde e segurança daquele ciclo. Estar presente em ambientes assim não deixa de ser um gatilho, um lembrete da violência iminente e, por gerar gatilho, um ambiente hostil. Então, preservo a identidade e a vulnerabilidade dessas pessoas, dando a oportunidade delas transmitirem o que desejam à reportagem, buscando sempre um viés informativo, de serviço e combativo.

3 Como a mulher jornalista pode garantir que o 8 de março seja tratado como uma data de luta por direitos e igualdade de gênero, e não apenas comercial?

Acredito que a mulher jornalista garante a luta por direitos e igualdade de gênero todos os dias para, quem sabe, no 8 de março poder ter uma folga, um respiro aliviado. Ano passado, participei de uma premiação com o tema "Direito da mulher: ser, viver e existir". Penso que esses verbos resumem bem a nossa luta, não basta apenas um deles, eles precisam estar associados, coexistir. Reportagens de mulheres, para mulheres e sobre mulheres ganhando espaço e visibilidade na mídia aumentam as chances de 8 de março não ser apenas uma data comercial, e sim de pertencimento, reivindicações e conquistas.



ARQUIVO PESSOAL

Isabela Daudt recebe prêmio

4 Quais vozes femininas você considera que ainda estão invisibilizadas no jornalismo e precisam ser trazidas à tona?

Quando entrei na faculdade de jornalismo, repetia que meu objetivo era dar voz para as pessoas. Com o tempo e experiência, entendi que, na verdade, queria que elas fossem ouvidas, porque voz todos temos. As vozes femininas seguem a mesma linha, todas existem por aí, desde a Dona Maria até vozes disruptivas e combativas de personalidades de relevância pública e política. Se tivesse que elencar, agora, uma voz ainda invisibilizada, diria a das mulheres trans. Quando se invisibiliza uma voz no jornalismo, de certa maneira, também se oculta os direitos de determinado grupo. Um trabalho muito legal que fiz nesse sentido é uma reportagem sobre câncer de mama em pessoas trans. Muitas vozes femininas ainda precisam vir à tona, mas penso que o jornalismo caminha gradualmente nesse sentido, o que me alegra e me permite uma sensação de otimismo para a pluralidade de narrativas e garantia da democracia e dos direitos.

5 Quais os maiores desafios que você enfrentou na sua carreira por ser mulher e como superou?

O maior desafio que enfrentei na minha carreira por ser mulher foi o mesmo que enfrentei na vida pessoal. Homens que, quando tu não corresponde às intenções deles, tentam te boicotar e passar a perna. Em uma redação, isso obviamente não é fácil. Mas, para ser breve, superei com o apoio de colegas. E mantendo a minha postura profissional e cordial, transparecendo meu valor e competência, até que a difamação esmorecesse.

6 Qual mulher jornalista te inspira e por quê?

A mulher jornalista que mais me inspira é a saudosa Glória Maria, pela coragem de ser e viver quem ela própria era, sem medo de julgamentos. Além disso, me inspiro pelo desejo de, quem sabe um dia, contar boas histórias ao redor do mundo. Não posso deixar de citar também a minha professora e referência no rádio gaúcho Sandra de Deus, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me proporcionou a minha primeira vivência prática no jornalismo e, como muito falei para ela, me inspira pela força e coragem de abraçar as nossas escolhas e posicionamentos, contribuindo para o desenvolvimento profissional. Cito, finalmente, minhas colegas. Como alguns amigos brincam, sou fã de muita gente próxima, muitas mulheres competentes que tenho o privilégio de ver, de perto, fazerem sucesso e, por óbvio, não deixo de me inspirar e contagiar.

7 Olhando para trás qual foi a maior conquista das mulheres no jornalismo nos últimos anos?

Acredito que não seja preciso voltar muito no tempo ou pensar no feito mais mirabolante. Cada pequena conquista de uma mulher no jornalismo corrobora para um coletivo de jornalistas mais forte e protegido. Por exemplo, quando, em uma transmissão de futebol, tem um trio de mulheres negras e jornalistas na apresentação, comentários e reportagem de campo, considero uma conquista histórica. Ocupar um espaço historicamente masculino e machista é uma vitória e, ainda, um desafio. Fora isso, assinar uma matéria, receber o mesmo salário de um homem na posição equivalente, apresentar um telejornal, usar o espaço de fala para combater a violência contra mulher e feminicídios no ar, assumir posições de chefia, bem… tudo isso vejo como grandes conquistas das mulheres no jornalismo nos últimos anos.

FALA ESTUDANTE

Nesta edição especial do Versão de Jornalistas, reunimos quatro vozes que representam diferentes momentos da formação em Jornalismo: duas professoras que dedicam suas trajetórias a formar novas gerações e duas estudantes que constroem, com coragem e consciência, seus caminhos dentro da universidade. São relatos que atravessam a sala de aula, a experiência acadêmica, a permanência estudantil e o compromisso ético que sustenta a presença das mulheres no campo da comunicação.

Ao aproximar essas perspectivas reafirmamos a força coletiva que marca a caminhada das mulheres no jornalismo. Cada conquista abre espaço para outras; cada gesto de apoio fortalece a permanência; cada reflexão amplia a consciência crítica necessária para transformar a profissão. Que estas quatro narrativas inspirem diálogo, acolhimento e continuidade, lembrando que a luta por um jornalismo mais justo, seguro e plural começa na universidade — e nunca acontece sozinha.

NÃO IREMOS RECUAR

LUCIANA MENEZES CARVALHO
JORNALISTA, DOUTORA EM COMUNICAÇÃO, PROFESSORA E COORDENADORA DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM



LUCIANA MENEZES CARVALHO

Quando escrevo, o Rio Grande do Sul contabiliza 20 feminicídios apenas nos dois primeiros meses do ano, 25% do total de todo ano passado. Essa estatística dolorosa nos atravessa em cheio, sobretudo quando, além de mulheres, somos mães, professoras e convivemos diariamente com jovens alunas. Mas, ao menos, ela parece estar pautando o tema da violência contra a mulher - com mais força do que nunca - neste mês de março.

Aos 50 anos, com 28 de formada, mais de uma década em redações e 14 anos de docência, acompanhei mudanças que pareciam distantes. Vi crescer a presença feminina nos veículos, assessorias e salas de aula, e chegar uma geração cada vez mais consciente do lugar que ocupa. Na UFSM, pela primeira vez em 65 anos, temos uma mulher na Reitoria. No curso de Jornalismo, que coordeno, a maioria dos calouros é formada por meninas, muitas interessadas no jornalismo esportivo, território historicamente masculino.

Essas conquistas mostram o quanto avançamos. Agora, é hora de nos unirmos ainda mais, nos fortalecermos e ocuparmos mais espaços - como na política, ainda dominada pelos homens. Não iremos recuar. Por um mundo que nos respeite e nos queira vivas.

NÃO ENTRAMOS SOZINHAS

ISADORA BORTOLOTTO
ESTUDANTE DO 7° SEMESTRE DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM



ISADORA BORTOLOTTO

Auniversidade sempre foi um sonho. Não só meu, mas da minha mãe também. Cresci ouvindo dela que o estudo era liberdade. Ela não teve a oportunidade de viver o ensino superior, mas transformou o meu sonho em missão compartilhada. Quando passei direto do terceiro ano para a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, senti que não entrava sozinha: entrávamos nós duas.

No meu último ano de graduação, entendo que permanecer também é um gesto coletivo. O apoio que recebi me ensinou a apoiar outras mulheres. Incentivar projetos, celebrar conquistas, caminhar junto. Em um mundo que ainda tenta nos colocar umas contra as outras, ocupar a universidade é escolher a presença e a parceria. Porque quando uma mulher ocupa, muitas outras passam a acreditar que também podem.

SER MULHER É DESAFIADOR

AMANDA STEIMETZ
ALUNA DO 5° SEMESTRE DO CURSO DE JORNALISMO DA PUC



AMANDA STEIMETZ

Querer estudar jornalismo veio junto àquele sonho inocente de mudar o mundo. Viver jornalismo para mim, mesmo que de forma acadêmica, é tentar todos os dias tornar isso realidade, é batalhar para dar voz aos que foram calados, é fazer a diferença.

Ser mulher no jornalismo é desafiador, como ser mulher em qualquer âmbito é. Muitas vezes somos duvidadas e tratadas como incapazes. Nós precisamos muitas vezes lutar para ocupar o nosso espaço e não são raras as vezes em que tentam tirar vantagem da nossa pouca experiência. Entretanto, apesar disso, vejo na Famecos um espaço seguro, acolhedor e aberto ao diálogo para nos atender. Sinto que apesar das dificuldades do mercado, a Escola procura nos fornecer todo suporte necessário.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

MARCIA VEIGA
PROFESSORA DO CURSO DE JORNALISMO DA PUC



MARCIA VEIGA

Ser professora na FAMECOS é fazer parte de um ecossistema em que a formação do jornalista prima pela excelência das competências técnicas e éticas interseccionadas a um pensamento crítico e reflexivo. É fazer parte de um ecossistema em que todos os envolvidos - docentes, estudantes e técnicos - compartilham o comprometimento com o espírito crítico e criativo e com o entendimento da responsabilidade social que esses profissionais têm junto à sociedade. Ser professora na FAMECOS é ter o privilégio de contribuir para colocar no mundo produtores de conhecimentos sociais capazes de colaborar para tornar essa sociedade mais justa.

FOTOS REPRODUÇÃO



ACONTECEU

MATEUS AZEVEDO



NOVO PODCAST DO SINDJORS ESTREIA ABORDANDO O RACISMO E A IMPRENSA

Em dezembro de 2025, o Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul retomou suas gravações de podcast com o novo "Versão de Jornalistas". Esta edição marca uma virada: novo nome, novo formato, nova composição da bancada de entrevistadores — e uma parceria especial com o Sindicato dos Bancários, que abre as portas de seu estúdio para as gravações. A condução do programa é da jornalista Denise Ritter, que lidera conversas profundas sobre temas essenciais à prática profissional das e dos jornalistas. Ao lado dela, colegas se revezam nos debates e nos blocos de notícias e dicas culturais que completam o programa. No episódio inaugural, a pauta foi o 1º Encontro On-line dos Jornalistas e Estudantes de Jornalismo Pretos do Rio Grande do Sul, promovido pela Secretaria de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E o convidado foi Wagner Machado, secretário-adjunto e diretor de Jornalismo da Comunicação da UFRGS. O podcast está disponível no YouTube do SindJoRS - ouça e compartilhe. Informação também é resistência.

VERSÃO DE JORNALISTAS AUMENTA SUAS VISUALIZAÇÕES EM 2025

O tradicional jornal Versão de Jornalistas, editado pela jornalista Mônica Cabañas, também foi retomado, há algum tempo, e funciona de forma on-line, com uma periodicidade trimestral. Este veículo tem abordado temáticas importantes que envolvem os e as jornalistas, como as dificuldades e injustiças do mundo do trabalho; as enchentes que assolaram o estado em 2024; a violência sofrida por profissionais da comunicação no Brasil, em Gaza e em outros países, entre outras pautas de relevância.

No aniversário do SindJoRS, comemorado em 23 de setembro, em que a entidade completou 83 anos, foi realizada uma live em que se debateu os desafios profissionais para a cobertura da COP 30 e foi lançado um caderno especial do Versão, como é carinhosamente chamado, sobre mesmo tema. E esse empenho da direção na produção de um periódico com qualidade e ética profissional tem dado resultado. Em comparação com 2024, o Jornal Versão de Jornalistas teve, nesse ano de 2025, um aumento na sua visualização. Foram 1.070 acessos, em 2025, contra 599 acessos, em 2024. E esse compromisso comunicacional também se refletiu no site do SindJoRS, com um aumento de 4 mil acessos, em 2025, comparado a 2024. O que significa, em números reais, uma evolução de 37 mil para 41 mil visualizações.

40º CONGRESSO DA FENAJ REÚNE 250 PROFISSIONAIS E ESTUDANTES EM DEFESA DO JORNALISMO

No período de 10 a 13 de dezembro, em Brasília (DF), aconteceu o 40º Congresso da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Várias pautas, como a PEC do Diploma e a valorização dos jornalistas profissionais, foram debatidas pelos participantes durante os quatro dias de encontro. E o SindJoRS marcou presença no evento. Representaram a entidade como delegadas a 1ª tesoureira da entidade e integrante da Comissão de Ética da FENAJ, Silvia Fernandes, e a integrante do Núcleo de Relações Institucionais do SindJoRS e da Vice-presidência Sul da Fenaj, Stela Pastore. E as duas delegadas, com o apoio de outras delegações regionais, aprovaram duas teses que versam sobre os seguintes temas: defesa do cumprimento de 25h semanais para jornalistas que atuam no serviço público e a constituição de um comitê jurídico nacional, encabeçado pela FENAJ, para questões judiciais que perpassam vários sindicatos estaduais. Também foi aprovada uma moção de apoio à TVE-RS e FM Cultura.



JANTAR DE JORNALISTAS RIO-GRANDINOS ENTREGA DESTAQUES E COMEMORA 2025

No dia 11 de dezembro, os jornalistas rio-grandinos



realizaram o seu principal encontro: 41º Jantar dos Jornalistas, realizado pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul através da Delegacia do Rio Grande. O evento aconteceu no Boteko do Eskina, no Praça Shopping Rio Grande. O Jantar marcou o encerramento de mais um ano de muito trabalho para os profissionais da imprensa local. A Delegacia Regional prestou duas homenagens especiais, ao jornalista Horácio Gomes, o decano da categoria local, e ao colega comunicador Luiz Fernando de Oliveira, radialista e criador da Rádio Web Tamandaré, que vem destacando-se nas transmissões esportivas da cidade. Também foram eleitos os destaques do ano nas categorias Jornalista Corporativo, Rosane Borges Leite, e Jornalista de Redação, Laura Cosme.

DELEGACIAS SINDICAIS E REGIONAIS DO SINDJORS TOMAM POSSE

O SindJoRS realizou, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2025, as eleições para as Delegacias Sindicais e Regionais da entidade. E no dia 23 de dezembro, a Diretoria Executiva Ampliada do sindicato realizou a posse de delegadas e delegados eleitos.

DELEGACIAS REGIONAIS

Rochele Souza Barbosa, candidata à delegada pela Regional Campanha; Yuri dos Santos Weber, candidato a delegado, e Mateus Campos de Azevedo, candidato a secretário pela Regional Centro; Jian Moraes, candidato a delegado pela Regional do Vale do Rio Pardo e Edson Luiz Rosa, candidato a delegado pelo Alto Uruguai (Erechim). Niara de Oliveira, de Pelotas, e André Zenobini, da regional Litoral Sul (Rio Grande), que já fazem parte da diretoria da entidade, ficarão responsáveis por essas regiões até ocorrer novo processo eleitoral com candidatos e candidatas da categoria.

DELEGACIAS SINDICAIS

Jonas Ribeiro de Campos, candidato pela redação do Grupo RBS, de Porto Alegre; Alexandre Leboutte da Fonseca, redação da TVE-RS e FM Cultura, com sede na capital gaúcha; Marco Alexandre Bocardi, pela redação do SBT-RS, também com sede em Porto Alegre; Cristiano Corrêa de Abreu, candidato pela redação do Jornal Correio do Povo (sede na capital) e Alander Aguiar Diaz, pela redação da Record TV, com sede em Porto Alegre. O mandato dos delegados sindicais é de um ano. Já os delegados regionais têm mandato de três anos. Ambos os cargos garantem estabilidade para seus ocupantes no período de vigência.

ACONTECEU

MATEUS AZEVEDO

SINDJORS QUITA DÍVIDA HISTÓRICA

■ Com a quitação de dívida histórica, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o SindJoRS abre uma perspectiva para que o orçamento da entidade tenha recursos para serem investidos em outras áreas no ano de 2026. A virada começou na gestão 2019/2022, com a presidência de Vera Daisy Barcellos e a vice, Laura Santos Rocha. A reorganização interna permitiu levantar todas as dívidas, ajustar os processos contábeis e cortar gastos, abrindo espaço para parcelamentos e renegociações. "O SindJoRS encerrou, neste mês de novembro, um dos capítulos mais desafiadores de sua história recente: o pagamento da última parcela da dívida com o INSS. A guia de número 60 foi quitada e marca o fim de um passivo que comprometia o orçamento da entidade, mantinha alienada a sede de Pelotas e consumia grande parte dos esforços administrativos", explica a presidenta, Laura Santos Rocha.

FENAJ INICIA CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA COM O MOTE "A NOTÍCIA VALE. QUEM PRODUZ, TAMBÉM"

■ A Federação Nacional dos Jornalistas iniciou oficialmente, neste mês de janeiro, a Campanha Salarial Nacional Unificada dos Jornalistas 2026, lançada em dezembro durante o 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Brasília. Com o mote "A NOTÍCIA VALE. QUEM PRODUZ, TAMBÉM", a campanha reafirma a centralidade do trabalho jornalístico para a democracia e denuncia a precarização crescente das relações de trabalho na categoria. A partir de agora, a campanha entra em sua fase ativa, orientando as negociações coletivas em todo o país e unificando as pautas dos sindicatos filiados à Federação. A Campanha Salarial Nacional Unificada parte do entendimento de que a precarização do trabalho jornalístico não é apenas um problema trabalhista, mas um ataque direto ao direito à informação de qualidade. Redações enxutas, contratos frágeis, jornadas irregulares e ausência de direitos comprometem não só os profissionais, mas também a produção jornalística e o interesse público. Para a secretária de Mobilização e Negociação Salarial da FENAJ, Fernanda Gama, ao adotar um mote que dialoga com a sociedade, a Federação reforça que valorizar o jornalismo passa, necessariamente, por garantir salários dignos, condições decentes de trabalho e respeito aos direitos trabalhistas. "A precarização do jornalismo não afeta apenas os profissionais, ela compromete a própria informação. A campanha salarial nacional é o instrumento coletivo que nos permite enfrentar a pejotização, fortalecer os sindicatos e recolocar a valorização profissional no centro do debate", reforçou a dirigente nacional, que também é presidenta do Sindicato dos Jornalistas da Bahia (Sinjorba).



NOVOS BENEFÍCIOS PARA JORNALISTAS E SUAS FAMÍLIAS

■ O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, no mês de fevereiro de 2026, anunciou novos convênios para jornalistas sindicalizados, funcionários e seus familiares, pensados como pequenos gestos de cuidado para o corpo, a mente e o futuro. O primeiro convênio é com a Escola Técnica Universitário – Porto Alegre, que oferece 20% de desconto nas mensalidades. O segundo é com a Roma Tour Viagens e Turismo, que oferece 4% de desconto em viagens e pacotes, mais assessoria completa. E para fechar esse trio de cuidados, o SindJoRS também firmou parceria com a acupunturista Alice López, especialista em saúde da mulher e da criança, que oferece 30% de desconto e prioridade no agendamento. No site do sindicato vocês pode conferir todas as empresas e prestadores de serviços conveniados com o SindJoRS.

REPRESENTANTES DOS JORNALISTAS NO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO

■ A Federação Nacional dos Jornalistas passou a integrar oficialmente, no dia 09 de fevereiro, a nova composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS). A presidenta da FENAJ, Samira de Castro, tomou posse como conselheira titular representante dos jornalistas, tendo Paulo Zocchi como suplente. O mandato é de dois anos. A instalação do colegiado marca o início da 7ª composição do CCS, órgão previsto na Constituição Federal responsável por assessorar o Congresso Nacional em temas



estratégicos da comunicação social brasileira, como produção de pareceres, estudos e recomendações sobre projetos de lei e políticas públicas. Para Samira de Castro, a presença da FENAJ no Conselho é fundamental em um momento de profundas transformações no mundo do trabalho e no ecossistema da comunicação. Já o conselheiro suplente Paulo Zocchi ressaltou que o CCS terá papel central na construção de marcos regulatórios capazes de enfrentar os desafios impostos pelas plataformas digitais, pela inteligência artificial e pela crise de financiamento do jornalismo – tudo isso intrísecamente ligado ao tema da soberania nacional perante às chamadas big techs.

MULHERES ELEITAS PARA PRESIDÊNCIA E VICE

■ Pela primeira vez, desde a sua criação, duas mulheres ocuparão os cargos de presidente e vice-presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS), sendo eleitas por aclamação. A presidenta, Patrícia Blanco, é especialista em liberdade de expressão, comunicação e educação midiática. É bacharel em relações públicas, com pós-graduação em marketing, e atua nas áreas de comunicação e relações governamentais desde 1990. Foi vice-presidente do CCS na gestão anterior e atualmente é presidente executiva do Instituto Palavra Aberta, onde lidera iniciativas de combate à desinformação. Patrícia também integra a Comissão Permanente de Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos e o Conselho de Ética do Conar. Já a vice, Angela Cignachi Baeta Neves, é mestre em Função Social do Direito pelo Centro Universitário Alves Faria, pós-graduada em Direito Eleitoral pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Possui atuação no contencioso judicial e administrativo nas áreas do Direito Eleitoral e Direito Público, perante os Tribunais Superiores, com atuação constante em ações de controle concentrado e temas de repercussão geral em matéria tributária, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Com informações da Agência Senado

ACONTECEU

MATEUS AZEVEDO

FENAJ ACIONA A JUSTIÇA CONTRA RESOLUÇÃO DO CONFERP QUE AMEAÇA O LIVRE EXERCÍCIO DE JORNALISTAS EM ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Federação Nacional dos Jornalistas ingressou com Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo, com pedido de tutela de urgência, contra o Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (CONFERP), para suspender e anular a Resolução Normativa nº 132/2025, publicada em outubro de 2025. A norma editada pelo CONFERP passou a incluir jornalistas entre os profissionais obrigados a se registrar no sistema de Relações Públicas, sob pena de sanções administrativas, especialmente para o exercício de atividades como assessoria de imprensa e comunicação institucional. Para a FENAJ, a resolução é ilegal, inconstitucional e representa grave ameaça ao livre exercício profissional, além de gerar insegurança jurídica para milhares de jornalistas em todo o país. Na ação, a FENAJ sustenta que o conselho extrapolou seu poder regulamentar, ao criar, por meio de resolução administrativa, obrigações que só poderiam ser estabelecidas por lei federal, como a exigência de registro profissional, pagamento de anuidades e submissão a código de ética de outra categoria. A profissão de jornalista é regulamentada pelo Decreto nº 83.284/1979, que define claramente suas atribuições e não prevê qualquer submissão a conselhos profissionais de categorias distintas.

FOTOS REPRODUÇÃO



PESQUISA SOBRE PERFIL E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE JORNALISTAS EM ENTIDADES SINDICAIS

A Federação Nacional dos Jornalistas lançou, no dia 2 de fevereiro, uma pesquisa para mapear o perfil e as condições de trabalho de jornalistas que trabalham em entidades sindicais de todo o país. O levantamento, elaborado pela Diretoria Executiva em conjunto com a Secretaria de Mobilização dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação, ficará aberto para respostas até o dia 31 de março deste ano. “É comum que jornalistas que trabalham em sindicatos, associações, federações, confederações e centrais sindicais sofram com jornadas exaustivas, contratos precários e falta de plano de carreira. Mapear esse perfil é a única forma de exigir que as entidades sindicais pratiquem, ‘dentro de casa’, os mesmos direitos que defendem para a sua categoria”, explica Márcia Quintanilha, diretora da Secretaria de Mobilização dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação da FENAJ. Além da remuneração, benefícios, plano de carreira, condições de trabalho, a FENAJ também quer saber qual o recorte etário, de gênero e étnico-racial dessa parcela da categoria, além de levantar informações sobre assédios e outros tipos de problemas relacionados ao ambiente laboral.

Versão de Jornalistas DIGITAL

SINDJORS APOIA A REALIZAÇÃO DE PAINEL ALUSIVO AO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

No dia 7 de março, a Associação Riograndense de Imprensa (ARI) realizou, com o apoio do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SindJoRS), a sexta edição do painel “Jornalistas Inspiradoras”. O evento aconteceu no turno da manhã, no Salão Nobre da ARI. Participaram como painelistas da atividade as jornalistas Manuela Borges, profissional com 23 anos de experiência, que atua no Instituto Conhecimento Liberta (ICL), com passagens pela TV Record, SBT, CBN, RedeTV e Fundação Astrojildo Pereira, e Fabiana Reinholz, repórter do Brasil de Fato RS e vencedora do Prêmio ARI Banrisul de Jornalismo (2025) com a reportagem sobre crianças órfãs do feminicídio. A mediação foi de Cláudia Coutinho, primeira vice-presidente da ARI.

COMUNICAÇÃO PERIFÉRICA EM PAUTA

No dia 24 de fevereiro, aconteceu o 8º Encontro Virtual de Mídias. O evento, promovido pelo Territórios Mídia Brasil, foi realizado de forma on-line e proporcionou uma bate-papo com o co-fundador da Alma Preta, Pedro Borges, e a diretora de operação na Énois, Sanara Santos.

FIJ REGISTRA 128 PROFISSIONAIS DA MÍDIA MORTOS EM 2025

A Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) publicou, recentemente, o seu relatório anual. O documento registra que 128 profissionais da mídia foram mortos em 2025. Conforme o site da FIJ, “esses números confirmam uma verdade global preocupante: o assassinato de jornalistas tornou-se uma ferramenta aceita de guerra, repressão e controle da informação”.

SINDJORS PARTICIPA DA CAMINHADA DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

No dia 8 de março, acontece a tradicional caminhada em alusão ao Dia Internacional da Mulher aqui em Porto Alegre. As participantes fizeram concentração na Ponte da Pedra antes da caminhada até a Praça do Aeromóvel. O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul esteve presente nessa atividade.

INICIA A TEMPORADA 2026 DO SARAU DO SOLAR DA ALRS

O Sarau do Solar da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) abriu a temporada 2026 com o espetáculo “Elis”, apresentado pela Orquestra Villa-Lobos, em homenagem às mulheres. O evento aconteceu no dia 11 de março, no Teatro Simões Lopes Neto.

FOTOS REPRODUÇÃO



ACONTECEU

MATEUS AZEVEDO



ONG BRASILEIRA LGBTQIA+ CRIA IA ANTI-ÓDIO E PROCESSA REDES SOCIAIS EM R$ 100 MILHÕES

■ No dia 29 de janeiro de 2026, data simbólica para a comunidade trans no Brasil, o país que mais mata pessoas trans no mundo, a ONG Código Não Binário lança a TybyrIA, primeira inteligência artificial totalmente aberta para detectar discurso de ódio anti-LGBTQIA+ em português, e anuncia que protocolou Ação Civil Pública (ACP) contra as gigantes Meta (Instagram, Facebook, WhatsApp etc), Google (YouTube), X e ByteDance (TikTok). A ACP, que tem participação de IBRAT, Fonatrans e AzMina, marca uma importante virada: grupos minorizados não apenas denunciam violência digital, mas criam tecnologia de ponta e lideram processos de responsabilização das Big Techs, levando o já famoso lema da comunidade, "nada sobre nós sem nós", para as áreas da Inteligência Artificial e Litigância Estratégica.

FNDC APOIA FENAJ PELA REVOGAÇÃO DA LEI QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DE "MULTIMÍDIA"

■ O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) declarou apoio integral à decisão da plenária da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) de iniciar uma campanha pela revogação da Lei nº 15.325/2026, que regulamenta a chamada profissão de "multimídia". O apoio do FNDC resulta do entendimento de que a lei representa uma ameaça às garantias legais e às condições de trabalho dos jornalistas, além de sua identidade profissional. "Temos total concordância com a análise da FENAJ e também consideramos o texto da lei muito ruim em outros aspectos. É um retrocesso para os jornalistas e para os radialistas, entre outros profissionais da comunicação", resume Kátia Marko, coordenadora-geral do FNDC. A Lei 15.325/26 é de autoria da deputada Simone Marquetto (MDB-SP). Outras categorias de profissionais da comunicação também estão denunciando a lei sancionada pelo presidente Lula, no dia 6 de janeiro, como a dos radialistas e outras regulamentadas. Samira Castro, presidenta da FENAJ, destaca que a lei foi sancionada pelo presidente Lula sem nenhum diálogo com as categorias impactadas. "Estamos diante de um ataque estrutural à profissão de jornalista. A lei do multimídia abre caminho para a precarização do trabalho, o esvaziamento da regulamentação profissional e a perda de direitos históricos da categoria [dos jornalistas]. A resposta precisa ser unitária, nacional e firme", declarou Samira.

ACEG APRESENTA O PROJETO "ELAS ALÉM DAS 4 LINHAS" PARA A SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO MUNDO FEMININA 2027 DE PORTO ALEGRE

■ No dia 25 de fevereiro, presidente da Associação dos Cronistas Esportivos Gaúchos (Aceg), Rogério Amaral, realizou uma visita institucional à secretária extraordinária da Copa do Mundo Feminina 2027 de Porto Alegre, Débora Garcia, para apresentar o projeto "Elas além das 4 Linhas". O encontro ocorreu na sede da pasta responsável pela coordenação local do Mundial na Capital. O projeto é uma iniciativa institucional da Aceg e pretende mais do que tratar apenas do que acontece dentro de campo, ele propõe ampliar o olhar sobre o futebol feminino, abordando aspectos estruturais, técnicos, físicos, médicos e de gestão. O projeto também pretende evidenciar as especificidades da modalidade e as diferenças em relação ao futebol masculino, contribuindo para uma abordagem mais qualificada e fundamentada.

Versão de Jornalistas DIGITAL

EXPEDIENTE

JORNALISTAS
SINDJORS

Versão de Jornalistas é uma publicação do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul

Rua dos Andradas, 1270, 13º andar, sala 133
Centro Histórico – Porto Alegre/RS – CEP 90020-008
Fone/whatsapp: (51) 3228.8146
www.jornalistas-rs.org.br | secretaria@jornalistas-rs.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidenta
Laura Eliane Lagranha Santos Rocha
1ª Vice-presidenta
Katia Marko
2º Vice-presidente
Pedro Guilherme Dreher
1ª Secretário Executivo
Mateus Azevedo
2ª Secretária Executiva
Thamara Costa Pereira
Stela Pastore - do Núcleo de Relações Institucionais e Vice-presidência Sul
1ª Tesoureira
Silvia Fernandes
2º Tesoureiro
André Zenobini Nascimento

Mônica Cabañas Guimarães
Niara de Oliveira
Carla Seabra
Jorge Leão
Letícia Castro
Luciamem Winck

DIRETORIA-GERAL
Alexandre Haubrich, Bel Clavelin, Celso Schröder, Eduardo Silveira, Elaine Barcellos de Araújo, Eliane Silveira, Jeanice Dias Ramos, Jonas Tiago Souza Silveira, Luciane de Oliveira Franco e Simone Medeiros Ramos

CONSELHO FISCAL
Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa, Marcos Santuario, Ulisses Nenê, Thaïs Bretanha, Dolcimar Luiz da Silva e Igor Umberto Sperotto

COMISSÃO DE ÉTICA
Vera Daisy Barcellos, Vera Spolidoro, Pedro Osório, Moisés Mendes, Renato Dornelles, Telia Negrão, Carlos Bastos, Ilza Girardi, José Antônio Silva e Paulo Gasparotto

Versão de Jornalistas DIGITAL

A edição Especial Universo das Mulheres nasce da necessidade de encarar, com honestidade e responsabilidade, a forma como o jornalismo tem narrado a vida das mulheres. Esta edição reafirma que comunicar não é apenas informar: é reconhecer humanidade, enfrentar estruturas que desumanizam e assumir o compromisso ético de não reproduzir violências. Ao olhar para as múltiplas dimensões da experiência feminina, reafirmamos que a comunicação só cumpre seu papel quando protege direitos, ilumina injustiças e trata cada mulher como sujeito pleno de dignidade.

Editora: Mônica Cabañas Guimarães
Projeto gráfico: Pedro Dreher
Textos e reportagens: Amanda Steimetz, Carla Seabra, Ilza Girardi, Isadora Bortolotto, Jorge Leão, Luciana Menezes Carvalho, Márcia Veiga, Mateus Azevedo, Mônica Cabañas Guimarães, Sérgio Pereira, Telia Negrão, Thamara Costa Pereira
Revisão: Letícia Castro e Sérgio Pereira
Foto de Capa: Jorge Leão
Fotografia: Jorge Leao, Vinicius Mendonca, Vinicius Loures arquivo pessoal e imagens web de arquivos livres, IBAMA e Câmara dos Deputados
Distribuição: on-line

FILIADO

CUT Rio Grande do Sul
FENAJ Federação Nacional dos Jornalistas
IFJ International Federation of Journalists